

Justiça suspende licença de Belo Sun

Categories : [Notícias](#)

Na terça-feira (21), o juiz Álvaro José da Silva Souza, da Vara Agrária e Juizado Especial Ambiental de Altamira, suspendeu a licença de instalação do projeto de extração de ouro da mineradora canadense Belo Sun, no rio Xingu. O juiz atendeu o pedido de liminar apresentado pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que apontou irregularidades fundiárias e desassistência à população local. A suspensão da licença tem prazo de 180 dias.

[Na decisão](#), o juiz comprehende que a região está inserida numa área passível de reforma agrária e entendeu como desarrazoadas e injustificáveis que “até o presente momento, com 3 (três) anos de Licença Prévia e inclusive obtenção de Licença de Instalação obtida pela a primeira requerida, fato este público e notório, as famílias residentes nas áreas identificadas na inicial como Vilas Ressaca, Galo e Ouro Verde, localizadas na Gleba Ituna, município de Senador José Porfírio, ainda estejam à mercê da própria sorte, sem saber qual será efetivamente seu destino, com o início da instalação do Projeto Minerário Volta Grande do Xingu”.

O juiz Álvaro José da Silva Souza acrescenta ainda que a licença foi concedida sem a retirada das famílias que há décadas moram na área de abrangência do projeto e isto de certa forma pressiona as famílias a aceitarem qualquer imposição que ao menos em tese venha a ser feita a retirada das famílias. Sendo assim, o juiz determinou que a Belo Sun suspenda a execução de qualquer atividade enquanto não resolver a questão fundiária da região.

Entenda o caso

A Belo Sun, considerado o maior projeto de mineração de ouro no país, conseguiu, no dia 2 de fevereiro, o aval da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará para se instalar no Rio Xingu. A Belo Sun desde a sua origem segue os mesmos caminhos da sua vizinha, a hidrelétrica Belo Monte, com impactos ambientais e sociais gigantescos e ignorando o impacto sob os povos indígenas.

A [licença de instalação](#) dada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará ignorou um parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que considerou o estudo de impacto ambiental apresentado pelo empreendimento inapto, por não apresentar, sequer, informações sobre terras indígenas localizadas próximas do local de mineração.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/noticias/28446-belo-sun-justica-mantem-decisao-e-anula-licenca-ambiental/>
<http://www.oeco.org.br/noticias/27787-justica-suspende-licenciamento-de-belo-sun/>
<http://www.oeco.org.br/reportagens/27119-a-outra-belo-que-esta-se-instalando-a-beira-do-rio->

xingu/